

A memória social da escravidão: onde se encaixa o Laurentino Gomes?

Where does Laurentino Gomes fit in the social memory of slavery?

La memoria social de la esclavitud: ¿dónde encaja Laurentino Gomes?

Recebido: 30/03/2023 | Revisado: 11/04/2023 | Aceitado: 12/04/2023 | Publicado: 17/04/2023

Priscila Santos da Glória

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8902-6546>

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

E-mail: p gloria@uneb.br

Paulo Henrique Bonfim Scheidegger

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9821-3394>

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

E-mail: pauloscheideggeruneb@hotmail.com

Resumo

O presente artigo pretende problematizar o lugar social de Laurentino Gomes no âmbito da memória social da escravidão. Cruzaremos as análises do livro *Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos O Palmares* (2019), publicado pela editora *Globo Livros* com a historiografia social recente da escravidão. O livro de Gomes (2019) foi o primeiro de uma trilogia sobre o tema da escravidão. Consideramos também a vendagem da última trilogia do autor que versou sobre a história política imperial brasileira, na qual observamos um grande interesse do público por sua escrita. Para problematizarmos o lugar que Gomes ocupa na sociedade brasileira, e de onde ele fala sobre a escravidão, partimos do questionamento da Djamila Ribeiro (2019): “Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar?”. Entendemos que Gomes como um homem branco que ocupa um lugar de poder na escrita jornalística e editorial brasileira, possui autoridade discursiva e a utiliza para a vendagem dos seus livros. A partir de uma revisão historiográfica, análise de entrevistas e de posicionamentos de Gomes nas redes digitais, debateremos o lugar social do autor e como sua narrativa hegemônica disputa a construção de uma memória social da escravidão. Para analisarmos a memória social da escravidão utilizaremos os conceitos de Ricoeur (2007) de “dever de memória”, e de “dever de justiça”.

Palavras-chave: Laurentino Gomes; Memória social; Escravidão; Lugar social.

Abstract

This article aims to problematize Laurentino Gomes' social position within the social memory of slavery. We will cross-reference the analysis of the book *Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares* (2019), published by *Globo Livros*, with the recent social historiography of slavery. Gomes' book (2019) was the first one in a trilogy on the subject of slavery. We also consider the blindfolding of the author's last trilogy that dealt with Brazilian imperial political history, in which we observe a great public interest in his writing. In order to problematize the position that Gomes occupies in Brazilian society and from where he discusses about slavery, we start from the question of Djamila Ribeiro (2019): “Within this colonization project, who were the subjects authorized to speak?”. We understand that Gomes as a white man who occupies a place of power in Brazilian journalistic and editorial writing has discursive authority and he uses it to sell his books. Based on a historiographical review, analysis of interviews and Gomes' positions on digital networks, we will discuss the author's social position, in addition how his hegemonic narrative disputes the construction of a social memory of slavery. To analyze the social memory of slavery we will use Ricoeur's (2007) concepts of "duty of memory" and "duty of justice".

Keywords: Laurentino Gomes; Social memory; Slavery; Social position.

Resumen

El presente artículo intende problematizar el lugar social de Laurentino Gomes en el ámbito de la memoria social de la esclavitud. Cruzaremos los análisis del libro *Esclavitud: De la primera subasta de los cautivos en Portugal hasta la muerte de Zumbi dos Palmares* (2019), publicado por la editora *Globo Libros* con la historiografía social reciente de la esclavitud. Consideramos también la venta de la última trilogía del autor que versó sobre la historia política imperial brasileña, en la cual observamos un gran interés del público por su escrita. Para que problematizemos el lugar en que Gomes ocupa en la sociedad brasileña, y de donde él habla sobre la esclavitud, partimos del cuestionamiento de Djamila Ribeiro (2019): “dentro de este proyecto de colonización, ¿quiénes fueron los sujetos autorizados hablar?”. Comprendemos qué Gomes cómo un hombre blanco que ocupa un lugar de poder en la escrita jornalística y editorial brasileña, posee autoridad discursiva y la utiliza para la venta de sus libros. A partir de una revisión historiográfica, análisis de entrevistas y de posicionamientos de Gomes en las redes digitales, debatiremos el lugar social del autor y como su narrativa hegemónica disputa la construcción de una memoria social de la esclavitud. Para que analicemos la

memoria social de la esclavitud utilizaremos los conceptos de Ricoeur (2007) de “deber de memoria” y de “deber de justicia”.

Palabras clave: Laurentino Gomes; Memoria social; Esclavitud; Lugar social.

1. Introdução

A escravidão africana, sem dúvidas, foi um dos piores empreendimentos da humanidade que se instalou ao longo de 350 anos nos mais variados pontos do globo terrestre até então conhecido, incluindo o próprio continente africano. Ao tratar este tema tão importante e urgente para a sociedade brasileira do século XXI, o escritor e jornalista brasileiro Laurentino Gomes, inicia sua jornada em busca de informações, vivências, relatos e outras séries de dados que são compilados em três volumes da trilogia *Uma história da escravidão no Brasil* publicada pela editora *Globo Livros*.

José Laurentino Gomes, nascido em 17 de fevereiro de 1956, na cidade de Maringá, PR, é formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem pós-graduação em Administração pela Universidade de São Paulo (USP), e também escritor da trilogia *1808, 1882 e 1889*. É também conhecido por ter recebido seis vezes o prêmio Jabuti de Literatura, ter suas obras traduzidas para a língua inglesa e por ter alcançado uma grande quantidade de vendas de seus livros, tanto no Brasil como em Portugal e Estados Unidos, outorgando a ele o título de “autor *best-seller*”. Em uma palestra, divulgada pelo jornal online G1, denominada *Receita do best-seller* Laurentino afirma que para ter um “best-seller” é preciso uma capa e títulos atrativos, focar no que seria interessante para o leitor, e um grandioso trabalho de marketing, e foi assim que ele esteve em 27 estados, realizando 350 palestras para divulgar sua primeira coleção. O retorno veio rápido com a venda de 1,2 milhões de cópias de *1808 e 1822*, que Laurentino viu como “razoável” pensando no grande empenho de divulgação e escrita atrativa (Gomes, 2011).

Para sua segunda coleção ele escolheu o tema da Escravidão e o dividiu novamente em três livros. O primeiro livro da trilogia, e objeto de análise deste artigo, foi publicado em 2019, e trata de cronologias, aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos que influenciaram no processo de escravização dos povos africanos na América, sobretudo no Brasil. O segundo volume, por conta da pandemia, foi publicado com atraso, no ano de 2021, onde o autor buscou analisar questões como a descoberta de ouro e diamantes, o tráfico escravista no atlântico, a disseminação do cultivo de cana-de-açúcar e o uso intensivo da mão de obra cativa. O próprio Gomes em *lives* durante a pandemia explicou que gosta de visitar os quatro cantos do país para divulgação e lançamento dos seus livros, o que faz parte da sua receita de *best-seller*. Necessário ressaltar que ambos os volumes, 1º e 2º, ficaram semanas na lista de livros mais vendidos no Brasil, indicando que a trilogia da *Escravidão* seguiu um sucesso semelhante à primeira trilogia de Gomes sobre o governo imperial.

No terceiro e último volume da trilogia, lançando em 2022, Gomes se concentrou no(s) movimento(s) abolicionista(s) ocorridos no século XVIII, ao tráfico ilegal de cativos, ao “fim” da escravidão no século XIX, e suas marcas para os dias atuais. São também temas deste volume as famílias escravizadas, as alforrias, a escravidão urbana, as práticas religiosas e os movimentos de resistência.

O presente texto aborda a memória social da escravidão a partir da localização social de Laurentino Gomes, utilizando o primeiro volume da trilogia *Escravidão* para problematizarmos o lugar que Gomes ocupa na sociedade brasileira, partindo, assim, do questionamento da Djamila Ribeiro (2019, p. 77): “Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar?” Entendemos que Laurentino como um homem branco que ocupa um lugar de poder na escrita jornalística e editorial brasileira possui autoridade discursiva, e a utiliza para a venda dos seus livros.

2. Metodologia

Utilizando a teoria de Ribeiro (2019) analisamos a trajetória de Gomes como jornalista e escritor de sucesso para

compreendermos sua localização social, de onde especificamente ele fala. Aliados também a hermenêutica de Paul Ricœur (2007) e seu entendimento sobre “dever de memória”, buscamos compreender a narrativa de Gomes (2019A) presente no livro, o primeiro volume de *Escravidão*, cruzando sua escrita com as entrevistas do autor que circulam nas mídias digitais.

Para problematizarmos a obra de Gomes (2019a) nos basearemos em uma revisão historiográfica sobre o tema da escravidão, mais especificamente, utilizaremos a historiografia social da escravidão, uma perspectiva mais recente da história que amplifica as trajetórias negras. Buscamos relacionar memória e história para discutirmos a escravidão, inspirados na obra de Ana Lúcia de Araújo (2021) e no debate sobre os usos e disputas políticas acerca da escravidão realizado por Francisco Cunha Paz (2022).

Munidos dessas ferramentas, perseguiremos as seguintes perguntas: onde se encaixa Gomes (2019a) na memória social da escravidão? Podemos considerá-lo um especialista na história da escravidão? Podemos considerá-lo um aliado no combate ao racismo? Sua narrativa relaciona um “dever de memória” a um “dever de justiça” para os povos escravizados?

3. Resultados

Laurentino Gomes lançou o terceiro volume da trilogia *Escravidão* no Instituto dos Pretos Novos, onde também realizou o lançamento do primeiro volume, quando ressaltou que:

Na vida existem grandes momentos de transformações, realizações, inícios e fechamentos de grandes ciclos; e foi exatamente o que aconteceu comigo nessa trilogia da história da escravidão no Brasil. Considero que é a obra mais importante que fiz até hoje e, provavelmente, farei em toda a minha vida. Estar neste espaço é uma coisa muito simbólica, é um ritual mesmo de começo e de fim de um ciclo importantíssimo que envolve a reflexão de um assunto tão fundamental para entender o Brasil de hoje em lugar tão significativo quanto o IPN (Gomes, 2022)

Concordamos com Gomes que a temática da escravidão continua sendo um assunto importante para compreendermos o Brasil, e a realidade do país hoje, que ainda enfrenta o racismo que estrutura nossa sociedade. A escolha do IPN é simbólica, mas também estaria Gomes buscando respaldo para sua trilogia? Problematizaremos a trajetória do autor, que afirma na introdução do primeiro volume que a escravidão também é assunto dele, já que pelo lado paterno diz ser descendente de um líder abolicionista da cidade de Brasópolis, sul de Minas Gerais (Gomes, 2019a, p. 39), ele continua:

Cabe-me, portanto, trabalhar com uma atitude atenta, de responsabilidade e respeito pelos agentes envolvidos nessa história, entre os quais eu me inscrevo, deixando que os leitores julguem se, nesse esforço, fui honesto e sincero nos meus propósitos – ainda que, talvez não inteiramente bem-sucedido (Gomes, 2019a, p. 39)

Queremos questionar qual o lugar de fala de Gomes? Sabemos que ele é um jornalista branco que já trabalhou em dois dos principais veículos de informação do país, como o Jornal Estado de São Paulo e a Revista Veja, que ele publica pela Editora Globo com grande destaque nacional, sabemos que esses veículos em questão configuram uma narrativa hegemônica. Para Djamila Ribeiro (2019, p. 77) o lugar de fala é uma localização social, a autora ressalta que todas e todos falam de um lugar, mas “o lugar social, não determina uma consciência discursiva sobre este lugar”, e continua “pessoas negras experienciam um lugar que restringe as oportunidades, pessoas brancas experienciam um lugar de benefício com essa mesma opressão” (Ribeiro, 2019, p. 86).

Faz-se necessário que as pessoas brancas estejam conscientes que ocupam um lugar de privilégio, e estão sempre autorizados a fazer o uso da fala, e pelas narrativas de Gomes, em suas entrevistas, não nos pareceu que ele esteja consciente do seu local de privilégio. Ribeiro (2019) reivindica que a história da escravidão também seja estudada por pessoas negras, para que se rompa o silêncio e a invisibilidade. Grada Kilomba (2019) resgata a figura de Anastácia, mulher escravizada que usava uma máscara de ferro que a impedia de falar, sobre isso a autora questiona: “Por que deve a boca do sujeito negro ser

amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada?” (Kilomba, 2019, p. 27). E continuando sua reflexão ela remonta a atualidade e o contínuo silenciamento que as pessoas negras sofrem:

(...) o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (Kilomba, 2019, p. 43)

Beatriz Nascimento, historiadora negra, que só teve seu trabalho reconhecido, nacionalmente, há pouco tempo¹, afirmou:

Uma das piores agressões que sofri nesse nível foi por parte de um intelectual branco. Disse-me ele que era mais preto do que eu por ter escrito um trabalho sobre religião afro-brasileira, enquanto eu não usava cabelo afro, nem frequentava candomblé (Nascimento, 2021, p. 25)

Infelizmente intelectuais brancos, possuindo uma autorização discursiva universal, se veem com mais autoridade para falar da história e das culturas africanas e afro-brasileiras. Essa autoridade vem do pacto da branquitude (Bento, 2022) que dispõe de recursos, e aqui ressaltamos os recursos possuídos por Gomes que o autoriza a discorrer sobre a escravidão, que são econômicos, para custear suas viagens à África e aos quatro cantos do Brasil, mas não só isso, quando ele ressalta a sua descendência abolicionista, ele próprio lhe confere respaldo, como se fosse um selo de defensor das e dos escravizados(as).

Sidney Chalhoub (1990) problematizou a atuação dos abolicionistas brancos no apagar das luzes da escravidão brasileira, eles concediam cartas de alforria condicionais, mediante ao trabalho de mais alguns anos dos escravizados, até mesmo, enquanto durasse a vida dos seus senhores e senhoras. Esses abolicionistas faziam jantares em datas de aniversários para celebrar as alforrias², muitos conscientes de que a escravidão estava com os dias contados no Brasil, por uma pressão externa, interna, mas essencialmente pela luta dos sujeitos escravizados, utilizavam de atos solenes para serem reconhecidos publicamente como contrários a escravidão, destacada pelo mundo como um sistema atrasado.

Queremos problematizar também a formação de Laurentino Gomes que não é historiador por formação nem profissão, apesar do escritor contar com apoio de alguns historiadores, professores, pesquisadores e sociólogos conhecidos no meio acadêmico que conferem credibilidade à sua pesquisa, como por exemplo, o sociólogo Orlando Patterson, o livro *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*³, escrito pelos professores David Eltis e David Richardson, o historiador estadunidense, David Brion Davi e o historiador canadense, Paul E. Lovejoy. Contudo, o maior destaque é conferido ao historiador brasileiro Alberto da Costa e Silva, que segundo Laurentino, “é um dos maiores especialistas brasileiros em História da África” (Gomes, 2019, p. 37). Segundo Mariana Duarte (2017, p. 147), Alberto da Costa e Silva “revisou cada capítulo” escrito por Laurentino na sua primeira trilogia (*1808, 1822, 1889*). Aqui não é diferente, o nome do historiador está estampado na primeira página do livro, como uma espécie de carimbo ou selo de garantia de qualidade do produto.

Para a escrita da trilogia *Escravidão*, o autor relata que foram necessários seis anos repletos de leituras, pesquisas de campo, viagens, entrevistas, encontros culturais e paisagísticos, visitas a países da África, aos Estados Unidos, Europa, América Latina e, sobretudo, o próprio território brasileiro. Assim, a trilogia “*Uma história da escravidão no Brasil*” compartilha metodologias entre revisão bibliográfica, relatos de experiência e pesquisa de campo. Embora elaborando essa pesquisa extensa, Gomes (2019b) afirma em entrevista ao *El País* que pouco conseguiu sobre versão da história dos e das

¹ Vítima de feminicídio, quando ajudava uma amiga contra a opressão do marido, perdeu sua vida aos 52 anos de idade. Alex Ratts no ano de 2021 reuniu a obra de Beatriz Nascimento em um livro, facilitando o reconhecimento tardio do seu trabalho historiográfico. (Nascimento, 2021)

² Machado de Assis escreveu um conto célebre sobre isso: Bons Dias! Que foi analisado por Chalhoub (1990, p. 95)

³ Atlas do comércio transatlântico de escravizados (tradução nossa).

escravizados (as), pois “Infelizmente, a história da escravidão é contada por pessoas brancas. Capitães de navios negreiros, viajantes europeus que visitaram o Brasil ou a África no período”. Em seguida ele se lembra de algumas biografias raras e inquéritos policiais em que aparecem escravizados(as). Cabe ressaltar que mesmo com o epistemicídio⁴ da academia aos estudiosos negras e negros, cientistas das mais diversas áreas, e em especial historiadoras e historiadores, vêm buscando na sua ancestralidade africana e afro-brasileira escrever uma história da escravidão que garanta uma narrativa de descendentes de escravizados, como fez Beatriz Nascimento, e tantos outros que vêm ganhando visibilidade com a Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros que estão tecendo redes por todo o país, desde 2015, divulgando resultados de pesquisas de historiadores(as) negros(as) nos veículos de comunicação (Pinto, 2021).

4. Discussão

O primeiro volume da trilogia *Escravidão* é composto por uma introdução, uma linha do tempo, trinta capítulos, notas e referências dispostas em 479 páginas. Tem linguagem acessível ao público externo aos estudos da História, além de conter notas explicativas de termos técnicos, característica da escrita jornalística encontrada em suas obras anteriores, que visa fornecer informações, descrições e narrativas de fatos, acessíveis a um público mais amplo. Tendo em vista o volume de venda das obras de Laurentino, é possível inferir que uma numerosa parcela da população brasileira tem despertado interesse na leitura de textos e livros relacionados à História do Brasil, o que pode contribuir para uma conscientização social gradativa. Localizamos a obra de Laurentino como um livro que reafirma a existência da escravidão africana, do tráfico transatlântico e a violência empregada pelo sistema escravista, em um contexto de crescente negacionismo histórico, onde pessoas sem escrúpulos ou credibilidade negam a escravidão e as marcas deixadas pela mesma, como o racismo, no Brasil.

No bojo dessa discussão consideramos a obra de Laurentino importante, mas é preciso ressaltar que sua experiência de escrita se dá no âmbito do jornalismo, e não da historiografia. Portanto ele não detém saberes necessários ao modo de fazer História, isto é, de forma teórica e metodológica academicamente reconhecida de produção e pesquisa histórica. Assim consideramos sua obra uma introdução aos estudos da escravização africana no Brasil, que merece ser lida como uma revisão bibliográfica do tema, uma compilação de vários estudos de outros historiadores, que foram aos arquivos e analisaram as fontes primárias. Localizamos a obra de Gomes (2019a) enquanto jornalismo literário, um livro-reportagem-história (SILVA, 2010), onde se focaliza um tema do passado recente ou algo mais distante no tempo. O tema, porém, tem geralmente algum elemento que o conecta com o presente, dessa forma possibilitando um elo comum com o leitor atual, e essa composição é bem elaborada por Gomes, tornando sua obra atrativa.

No prefácio da obra *1822*, Laurentino dedica o trabalho a todos os professores de história do Brasil, e afirma que o país não tem memória, Duarte (2017, p. 156) analisa essa afirmação como uma provocação aos profissionais da história, e um ataque ao ensino da disciplina. Consideramos a obra pertinente a um público leigo, mas aos professores de história que cursam licenciaturas, e nelas têm contato com os métodos da escrita da história, verificamos a necessidade da leitura de historiadores e historiadoras da escravidão, com vasta produção nos mais variados âmbitos da temática. Discordamos de Laurentino, pois o Brasil tem sim memória, ou melhor, memórias, no plural, memórias em disputa, em uma relação de forças desigual, a memória nacional foi composta por uma série de colagens das trajetórias de homens políticos da elite brasileira, o que acabou silenciando as memórias femininas, indígenas, africanas e dos afrodescendentes. Professores e professoras de história que passam no mínimo quatro anos em uma licenciatura precisam conhecer e referendar as diferentes memórias e identidades brasileiras e não consideramos a obra de Laurentino capaz de, sozinha, prover este conhecimento.

⁴ Ver conceito em “Epistemologias do Sul” (Santos & Meneses, 2009)

Uma discussão recente que ilustra as disputas no campo da memória foi o incêndio a estátua de Borba Gato, bandeirante e escravocrata, em 24 de julho de 2021. A manifestação causou reboleio na comunidade acadêmica que se dividiu entre a defesa e a condenação do ato. Laurentino se manifestou contra a derrubada do monumento, embora tenha dito que acha horrível a estátua, afirmou: “Se a gente permitir que um grupo de garotos insuflados pelas redes sociais derrubem estátuas de forma arbitrária, poderemos estar estimulando o vandalismo” (Gomes, 2021). O coletivo Revolução Periférica⁵ reconheceu a autoria, e afirmou que o intuito não foi a derrubada, mas a problematização, o levantamento do debate. A historiadora Mary Del Priore também se colocou contra o ato e defesa dos monumentos: “Eles tiveram reconhecimento público e constituíram um serviço de utilidade pública em época diversa da nossa. São bens do Estado (...) e por isso pertencem a todos nós” (Zacharias, 2020).

A historiadora é uma entusiasta da obra de Laurentino e afirmou sobre 1822 “um livro que se lê com um sorriso nos lábios”. Duarte (2017, p. 154) novamente ressalta que a primeira trilogia de Laurentino trata da colonização brasileira, embora com o tom de piada e bom humor, o período diz de muita violência, e por isso, custa “sorrir diante um processo de colonização”. É preciso ressaltar que o lugar social que Mary Del Priore e Laurentino ocupam na sociedade, enquanto dois escritores brancos de sucesso, permite que ambos possam rir de um período tão violento da sociedade brasileira, e até mesmo condenarem o incêndio da estátua de um escravista que sequestrou e escravizou “corpos indígenas e negros” (Lacerda, 2021).

A museóloga Lorena Lacerda (2021) ressalta que o incêndio foi um ato político de contestação a “uma memória coletiva vergonhosa” que perpetua o poder colonial, europeu e escravista. Ela ainda defende que o ato é um revisionismo histórico necessário, pois para ela como mulher negra é violento circular na cidade e se deparar com um monumento de um escravocrata. Ribeiro é salutar quando afirma:

Friso que mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas por lutarem contra a violência do silêncio imposto (Ribeiro, 2019, p. 87)

E Laurentino de que lado está quando expomos essas disputas de narrativas, que são essencialmente uma disputa de memória? Quando afirma que o Brasil não tem memória e quando se diz descendente de abolicionista, e, portanto defensor dos povos escravizados e seus descendentes, além de se colocar contrário a luta atual contra uma memória hegemônica, compõe uma série de narrativas problemáticas frente à luta antirracista. Não queremos afirmar que pessoas brancas não possam estudar a escravidão, queremos ressaltar que é preciso garantir de fato o direito a memória, romper com o silêncio através das vozes de quem ainda hoje enfrenta o racismo estrutural.

Para Ricoeur (2007, p. 101) o “dever de memória” deve servir ao outro, pelo meio da lembrança, ocasionando um “dever de justiça”. A justiça pode “extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma memória em projeto; e esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo”. Aqui o dever de memória não se encerra no passado, “não se limita a guardar o rastro material (...) dos fatos acabados”, mas permite realizarmos um inventário da herança dos outros que não estão mais no presente, mas que deixaram um legado para as próximas gerações, e é como esse futuro que o dever de memória deve se preocupar proporcionando justiça às gerações passadas, mas, sobretudo as gerações futuras. A obra de Gomes (2019) garante memória e justiça para a população afro-brasileira? Precisamos mergulhar mais um pouco na obra para debater.

Nos seis primeiros capítulos, Gomes contextualiza a prática de escravização que acontecia em algumas civilizações anteriores às incursões portuguesas ao continente africano, como por exemplo, em alguns textos bíblicos, na Grécia e no Egito

⁵ O líder do grupo foi detido, e de forma ainda mais arbitrária sua companheira e mãe de seu filho também foi detida, mesmo não tendo nem participado do ato. In: (Barreto Filho, 2021)

antigo. Explora também a primeira captura de africanos, bem como o primeiro leilão de cativos e o início das explorações marítimas para o Novo Mundo.

Do capítulo sete ao capítulo doze, o jornalista apresenta a chegada dos portugueses ao Brasil, a escravização e o massacre dos povos indígenas, assim como a chegada à África e as relações entre colonizador-colonizado na compra e venda de cativos em Angola e Moçambique.

Nos seis capítulos seguintes, o livro expõe alguns dados sobre a Escravidão, a saber, os lucros, os preços dos cativos, os alugueis de navios negreiros, que ao longo dos anos foram aumentando conforme as tecnologias de tráfico, a quantidade de cativos africanos que foram trazidos para a América e Brasil, que recebeu aproximadamente 4,9 milhões de africanos cativos, (Gomes, 2019, p. 255). Gomes afirma utilizar o banco de dados *The Transatlantic Slave Trade Database*, reconhecido por diversos historiadores como o estudo mais completo sobre os números e as rotas do tráfico transatlântico, inclusive o autor reconhece a importância do levantamento, e afirma que é um clássico para historiografia da escravidão (2019, p. 256). No entanto, Luiz Felipe de Alencastro (2018, p. 59-60) historiador brasileiro com vasta pesquisa sobre o tráfico, afirma que o *Database* levantou o número de 4,86 milhões de escravizados desembarcados, número diferente do citado por Gomes, e ainda o próprio Alencastro aponta algumas falhas no próprio *Database* que “não inclui as rotas indiretas de tráfico e que os números relativos dos séculos XVI e XVII são esparsos. Além disso os registros escondem certas fraudes.” Alencastro aponta, assim, o número de 4,8 milhões de africanos desembarcados no Brasil para a utilização da mão de obra escrava. Equívoco de Gomes que poderia ter sido corrigido e ainda apontar as falhas do *Database* se tivesse explorado a pesquisa de Alencastro.

Gomes (2019a) ganha ponto quando certamente inspirado pela história social da escravidão enxerga nos e nas escravizados(as) pessoas, além de números, trazendo à tona pais, mães, filhos, membros reais africanos, trabalhadores qualificados como marceneiros, metalúrgicos e mineradores. Vale destacar também que a opressão da escravização africana não pode ser mensurada a partir do momento do desembarque dos navios negreiros aos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Pernambuco. Pelo contrário, a opressão começou a partir do momento em que lhes foi retirado todo e qualquer direito e dignidade humana, tendo suas faces marcadas a ferro quente como se marca um animal, sido prendidos uns aos outros por estruturas metálicas, as mulheres violadas e violentadas, as mães foram separadas para sempre de seus filhos. Estes exemplos bem informados por Gomes que ressaltam a violência de todo o processo escravista.

Por muito tempo a historiografia brasileira se preocupou em ressaltar a violência da escravidão, o que acabou desumanizando essas sujeitas e sujeitos no imaginário social brasileiro, o que corroborou para a continuidade do racismo. A recente historiografia da escravidão⁶ colocou essas pessoas como protagonistas das suas próprias histórias, trazendo para o debate acadêmico a resistência negra ao sistema escravista, como também a ascensão econômica e social que muitos libertos e libertas conquistaram, a existência de uma comunidade escrava que construiu laços de solidariedade importantes para a sobrevivência dessas pessoas, além das pesquisas da abolição e pós-abolição que colocam a presença negra como destaque.

Laurentino que na sua primeira trilogia deu ênfase aos “grandes homens” da política brasileira, nomes já tão aclamados por uma memória nacional que exclui grande parte da sociedade. Nesta nova proposta de trilogia que se inicia com essa obra em análise, o autor muda o foco para a história dos “vencidos”, mas os coloca em grande parte da obra sob o estigma da violência da escravidão. Apenas quando trata da resistência no final da obra, após abordar a relação entre a Igreja e a Escravidão, a união Luso-Britânica, debruça-se sobre as resistências de Jinga, na África e Zumbi, em Palmares, assim como seus legados para movimentos de resistência negra nos dias atuais. Então aqui no final Laurentino se aproxima da recente historiografia da escravidão, reconhecendo a resistência a todo esse processo violento e dando espaço ao protagonismo negro.

Jinga, ou Ana de Sousa, nome português e cristão, foi uma valente e guerreira rainha africana do reino do Adongo, que se tornou símbolo de resistência para os negros de sua época e até os dias atuais. Guerreou bravamente contra a opressão

⁶ Ver o capítulo “A historiografia recente da escravidão brasileira” (Schwartz, 2001)

colonizadora dos europeus em sua região e fez diversas alianças políticas e militares com povos guerreiros, como os povos Java, além de ter aberto espaço para uma linhagem de rainhas africanas guerreiras após sua morte. No Brasil, é homenageada nas rodas de capoeira, nas congadas e nos maracatus. Nos Estados Unidos da América, por sua vez, tornou-se símbolo do movimento feminista e inspirou diversas criações artísticas, como livros, músicas, filmes e peças teatrais (Gomes, 2019a, p. 394- 401).

Ainda no Brasil, séculos mais tarde, outra figura de resistência africana surge: o Quilombo dos Palmares. Situado na Serra da Barriga, atual estado do Alagoas, Palmares foi o maior quilombo do Brasil e chegou a receber aproximadamente onze mil cativos fugitivos que encontraram refúgio no acampamento. A própria palavra “quilombo” vem da língua quimbundo e quer dizer “acampamento”, segundo pesquisadores, está associada a cultura dos povos Java que, na África, utilizavam os quilombos para treinar militarmente os seus guerreiros e prepará-los para a defesa de suas terras e seu povo (Gomes, 2019a, p. 410)

Alguns elementos da cultura Java presentes no Quilombo dos Palmares sugerem que o acampamento tenha sido constituído por uma única etnia africana, isto é, como se todos os quilombolas tivessem pertencido a um mesmo grupo étnico. Entretanto, existem alguns estudos que contrapõem esta ideia, já que em Palmares eram acolhidos não apenas cativos fugitivos, como também indígenas. Dentre os elementos mais comuns estão às táticas de guerrilha como armadilhas feitas de cipós, lanças, buracos no chão, espaços para vigilância e a presença de algumas armas como machados, são pontos abordados por Gomes (2019a, p 413). Kabengele Munanga (1996) reconstituindo a origem histórica e etimológica do quilombo na África, informa que a palavra é dos “povos de línguas bantu”, que era uma instituição política, militar e transétnica dos povos javas, que recebiam outras etnias, e realizavam um ritual de iniciação para integrá-los ao grupo. Stuart Schwartz (2001, p. 250-251) ressalta que Palmares “foi a mais longeva e a maior das comunidades de fugitivos, persistiu durante quase todo século XVIII”, não podemos afirmar que Palmares era uma instituição única, “mas uma serie de mocambos unidos em um único reino neoafricano”.

Hoje, no Brasil, por força de lei, está instituído o Dia de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro, todos os anos em comunidades escolares e acadêmicas em todo o território nacional. A data escolhida remete ao dia da morte de Zumbi dos Palmares que resistiu a dominação portuguesa até o último dia de sua vida. Queremos ressaltar a importância da data no calendário nacional, mas ao mesmo tempo precisamos demarcar que a história de luta de Jinga e Zumbi não foram exceções neste contexto colonial. O livro *Enciclopédia Negra*, recém-publicado (2021) pela Companhia das Letras traz 550 personalidades negras em diferentes momentos da história do Brasil, histórias de resistências que precisam ser conhecidas em todas as escolas brasileiras⁷.

Sobre Zumbi, Gomes afirma em entrevista ao El País:

A história da escravidão é um assunto sensível, porque há uma guerra de narrativas. E não é por acaso que abro este capítulo falando do calendário cívico brasileiro, com o 13 de maio e a Lei Áurea, e o 20 de novembro, da Consciência Negra, com a morte de Zumbi. É uma guerra em andamento pela memória da escravidão. Não tomo partido se o Zumbi era abolicionista ou um grande general comparado a Napoleão Bonaparte ou Alexandre o Grande, como alguns historiadores negros tentaram fazer. O que eu mostro é a construção do Zumbi como herói nacional. Chego a conclusão que o verdadeiro Zumbi não está nos documentos e que há pouquíssima coisa. O que se sabe é a partir da história branca. Na verdade Zumbi está na cabeça das pessoas, é um herói mítico. Agora, sem dúvida, se trata de um herói negro brasileiro, que se contrapõe à Princesa Isabel. (Gomes, 2019b)

Gomes na entrevista se refere ao penúltimo capítulo do primeiro volume da trilogia *Escravidão*, que intitulou de *Zumbi*, e começa o texto expondo uma “guerra” de narrativas e “pela memória dos brasileiros”, onde se opõem o 13 de maio e o 20 de novembro. Nesse limiar, o autor busca quase que uma neutralidade no seu texto, expondo que o 13 de maio deixou de

⁷ Aqui entendemos que o livro é uma grande ferramenta no ensino de História da África e cultura afro-brasileira, como exposto na lei 10.639/2013.

ser lembrando no país, e relatando que os críticos a comemoração e idealização da Princesa Isabel, responsável pela assinatura da lei, expõem que não vê o quê se comemorar com a abolição, estaria aqui Gomes concordando com os historiadores que analisam o 13 de maio como uma falsa abolição? Certamente não! Pois, como na entrevista, no capítulo ele reforça a construção mítica em torno de Zumbi, no livro afirma que ele não era abolicionista, na entrevista discorda que foi um general, mas reconhece que é um “herói negro brasileiro”.

Devemos concordar com Gomes quando ele fala que as fontes que nos informam sobre Palmares são brancas, sim, as fontes escritas são as narrativas das expedições que combateram o quilombo, mas elas deram pistas importantes sobre a atuação de Zumbi e as referências à ancestralidade africana presente no quilombo. Munanga (1996, p. 63) ressalta a história africana para analisar Palmares, reconhecendo que o quilombo era liderado por “um chefe intransigente dentro da rigidez da disciplina militar”, tanto o autor, como Stuart Schwartz (2001) informam a existência de pessoas escravizadas dentro de Palmares, referendando a complexidade e heterogeneidade dos quilombos brasileiros que estavam inseridos nas contradições do sistema escravista. A luta de Palmares e Zumbi são essenciais na composição da memória social da escravidão.

Nascimento (2021) já em textos na década de 1980 reconhecia a importância de observar a continuidade histórica do quilombo, a autora não deixa de reconhecer as complexidades, inclusive na história de Zumbi, mas afirma:

Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude a associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra (Nascimento, 2021, p. 109)

Assim, reconhecemos a importância dos quilombos em sua heterogeneidade, como também a memória de Zumbi para garantir o reconhecimento da história africana e afro-descendente, o rompimento do silêncio e da invisibilidade de sujeitos e sujeitas que lutaram pela liberdade, bem como de uma história da escravidão e do pós-abolição escrita por negros e negras, como nos ensinou as intelectuais negras citadas no artigo.

5. Conclusão

Percebemos que há um grande interesse por parte de Laurentino Gomes em escrever *best-sellers*, e ele os faz utilizando o jornalismo histórico como ferramenta. Ressaltamos o local de privilégio que o autor ocupa no mercado editorial brasileiro, o que também contribui para a vendagem dos seus livros. Consideramos a obra *Escravidão* um meio importante de combate ao negacionismo frente ao tema, como nos alerta Géssica dos Santos (2022) sobre a importância de relacionarmos a escravidão ao racismo que estrutura nossa sociedade na contemporaneidade. No entanto, quando analisamos o papel do autor frente ao “dever de memória” há mais complexidade, inclusive em seus posicionamentos nas redes digitais.

Até o momento não entendemos que o autor utilize seu local de privilégio para combater o racismo e/ou silenciamento imposto à população negra brasileira, assim a sua escrita se propõe a um “dever de memória”, mas esse não vem atrelado a um “dever de justiça”, como propõe Ricoeur (2007), para isso Gomes precisa utilizar seu lugar social para garantir o protagonismo da população negra. Ao contrário, Gomes se apropria da história da escravidão para vender livros e ganhar prêmios, argumento que precisa de aprofundamento, e inclusive de análise da repercussão que a trilogia sobre a *Escravidão* nos anos subsequentes, já que o último volume só foi publicado no ano de 2022.

Sugerimos que futuras pesquisas analisem de forma quantitativa e qualitativa as vendas das obras de Laurentino Gomes, refinando uma avaliação da sua escrita. Também é necessário um debate sobre os dois últimos volumes da trilogia *Escravidão*, sua recepção quanto ao público brasileiro e internacional, bem como suas informações historiográficas.

Referências

- Alencastro, L. F. (2018). África, números do tráfico Atlântico. In: Schwarcz, L. M. & Gomes, F. *Dicionário da escravidão e liberdade – 50 textos críticos* (pp. 57-63). São Paulo: Companhia das Letras.
- Araujo, A. L. (2021). *Slavery in the Age of Memory: Engaging the Past*. London/New York: Bloomsbury Academic.
- Barreto, Filho H. (2021). Preso, ativista 'Galo' assume que incendiou Borba Gato 'para abrir debate. *Notícias UOL*. 28. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/28/preso-admite-fogo-estatua-borba-gato.htm>
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Duarte, M. (2017). História ou história: o caso Laurentino Gomes. *Revista Contraponto*, 4(1), 144-159 <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/74023>
- Chalhoub, S. (1990) *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cunha Paz, F. P. (2022). O que nos contam as pedras pisadas do cais? Usos e disputas políticas das memórias da escravidão e do tráfico transatlântico. *Afro-Ásia*, (65), 338–376. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i65.44963>
- Eltis, D. & Richardson, D. (2010). *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven & Londres: Yale University Press.
- Gomes, J. L. (2011). Vender um milhão de livros é 'razoável', diz autor de '1808' e '1822'. [Entrevista concedida a] Daniel Buarque. *GI*. Recuperado set. 09, 2011, de <http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html>.
- Gomes, J. L. (2019). *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros.
- Gomes, J. L. (2019). Laurentino Gomes: "Infelizmente, a história da escravidão é contada por pessoas brancas". [Entrevista concedida a] Guilherme Henrique e Naiara Gortázar. *El País*. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574203693_074968.html.
- Gomes, J. L. (2019). *Sobre o autor*. www.laurentinogomes.com.
- Gomes, J. L. (2021). Laurentino Gomes desaprova vandalização do Borba Gato: "sou contra essa coisa feita de forma impulsiva". [Entrevista concedida a] UOL. *Cultura UOL*. https://cultura.uol.com.br/noticias/32394_laurentino-gomes-desaprova-vandalizacao-do-borba-gato-sou-contra-essa-coisa-feita-de-forma-impulsiva.html
- Gomes, J. L. (2022). Laurentino Gomes lança terceiro e último volume da trilogia "Escravidão". [Entrevista concedida a] Rota Cult. *Rota Cult*. <https://rotacult.com.br/2022/07/laurentino-gomes-lanca-terceiro-e-ultimo-volume-da-trilogia-escravidao/>.
- Gomes, F. S. & Lauriano, J.; Schwarcz, L. M. (2021). *Enciclopédia Negra*. Companhia das Letras.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantaço: episódios de racismo cotidiano*. Cobogá.
- Lacerda, L. (2021) "Glória, a todas às lutas inglórias": por que incendiar a estátua de Borba Gato é sobre revisionismo histórico? *Portal Geledés*. https://www.geledes.org.br/gloria-a-todas-as-lutas-inglorias-por-que-incendiar-a-estatua-de-borba-gato-e-sobre-revisionismo-historico/?utm_source=pushnews&utm_medium=pushnotification&fbclid=IwAR29Y8QWAdz5sKN4AZNGkbtfdgiwPAzGmqGquMdysBNFZKhEEbWwC3Lxd4U.
- Munanga, K. (1996). Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, (28), 56-63. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63>
- Nascimento, M. B. (2021) *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização de Alex Ratts. Zahar.
- Pinto, A. F. M. (2021). Nossa História Conta. *Ciência Hoje*. <https://cienciahoje.org.br/artigo/nossa-historia-conta/>
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de Fala*. Pólen.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. editora da Unicamp.
- Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2010). *Epistemologias do Sul*. Editora Cortez.
- Santos, G. de CA dos. (2022). O negacionismo e a desconstrução do racismo na sociedade brasileira. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 11 (7), e13411729675. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29675>
- Schwartz, S. B. (2001). *Escravos, roceiros e rebeldes*. EDUSC.
- Silva, G. C. (2010). Jornalismo Literário: uma introdução. *Academia*. https://www.academia.edu/40828132/Gustavo_Castro_Jornalismo_Liter%C3%A1rio_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o.
- Zacharias, B. (2020) Estátuas racistas devem ser derrubadas? Veja o que dizem historiadores. *Terra*. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/estatuas-racistas-devem-ser-derrubadas-veja-o-que-dizem-historiadores,75394e18101954ae2f8d3cec4180686a799acxa9.html>